

**RACISMO ESTRUTURAL E TRANSMISSÃO TRANSGERACIONAL: ENTRE O
SILÊNCIO DAS INSTITUIÇÕES E O NÃO-DITO DAS FAMÍLIAS INTER-RACIAIS**

**STRUCTURAL RACISM AND TRANSGENERATIONAL TRANSMISSION: BETWEEN
THE SILENCE OF INSTITUTIONS AND THE UNSAID OF INTERRACIAL FAMILIES**

**RACISMO ESTRUCTURAL Y TRANSMISIÓN TRANSGENERACIONAL: ENTRE EL
SILENCIO DE LAS INSTITUCIONES Y LO NO DICHO DE LAS FAMILIAS
INTERRACIALES**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n9-264>

Data de submissão: 27/08/2025

Data de publicação: 27/09/2025

Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza

Doutora em Ciências Jurídicas

Instituição: Universidade do Vale do Itajaí (Univali)

E-mail: ursulagtfs@gmail.com

Ingrid Theodoro de Faria Souza

Especialista

Instituição: Instituto Granzotto em Gestalt-terapia

E-mail: ingridtfaria@gmail.com

RESUMO

Este artigo investiga a articulação entre o racismo estrutural e a transmissão transgeracional do embranquecimento em famílias inter-raciais, analisando como silenciamentos institucionais e familiares reproduzem desigualdades e sofrimentos psíquicos. O problema central consiste em compreender como esses mecanismos se retroalimentam e quais possibilidades de resistência podem emergir. O objetivo é examinar a permanência do racismo no plano macroestrutural, que organiza instituições e políticas, e no plano microfamiliar, em que pactos de silêncio perpetuam traumas e ambiguidades identitárias. Metodologicamente, trata-se de estudo teórico- bibliográfico e interdisciplinar, fundamentado em autores clássicos (QUIJANO, 2005; ALMEIDA, 2019; MBEMBE, 2018; MUNANGA, 2004; FANON, 2008; BENTO, 2022; SCHUCMAN, 2018) e em contribuições recentes sobre racismo institucional, socialização étnico-racial, maternidade racial e letramento racial. Os resultados indicam que o racismo atravessa instituições e famílias de forma integrada, mas também que surgem dinâmicas de enfrentamento em múltiplos níveis. No âmbito coletivo, movimentos sociais desafiam a necropolítica e reivindicam direitos; no íntimo, práticas de socialização e letramento racial rompem silenciamentos. Conclui-se que o enfrentamento ao racismo exige um projeto integrado de reconhecimento (HONNETH, 2003), que articule amor, direito e solidariedade, abrindo fissuras emancipatórias capazes de sustentar novas formas de pertencimento.

Palavras-chave: Racismo Estrutural. Embranquecimento. Transmissão Transgeracional. Reconhecimento. Famílias Inter-raciais.

ABSTRACT

This article investigates the articulation between structural racism and the transgenerational transmission of whitening in interracial families, analyzing how institutional and family silences reproduce inequalities and psychic suffering. The central problem is to understand how these

mechanisms reinforce each other and what possibilities of resistance may emerge. The objective is to examine the persistence of racism at the macrostructural level, which organizes institutions and policies, and at the microfamily level, where silences perpetuate traumas and identity ambiguities. Methodologically, this is a theoretical and bibliographic interdisciplinary study, based on classical authors (QUIJANO, 2005; ALMEIDA, 2019; MBEMBE, 2018; MUNANGA, 2004; FANON, 2008; BENTO, 2022; SCHUCMAN, 2018) and recent contributions on institutional racism, ethnic-racial socialization, racial motherhood, and racial literacy. The results indicate that racism simultaneously permeates institutions and families, but also that resistance dynamics emerge at multiple levels. Collectively, social movements challenge necropolitics and claim rights, in the intimate sphere, practices of socialization and racial literacy break silences. It is concluded that confronting racism requires an integrated project of recognition (HONNETH, 2003), articulating love, law, and solidarity, thus creating emancipatory fissures capable of sustaining new forms of belonging.

Keywords: Structural Racism. Whiteness. Transgenerational Transmission. Recognition. Interracial Families.

RESUMEN

Este artículo investiga la conexión entre el racismo estructural y la transmisión transgeneracional del blanqueamiento en familias interraciales, analizando cómo el silenciamiento institucional y familiar reproduce desigualdades y sufrimiento psicológico. El problema central es comprender cómo estos mecanismos se retroalimentan y qué posibilidades de resistencia pueden surgir. El objetivo es examinar la persistencia del racismo a nivel macroestructural, que organiza instituciones y políticas, y a nivel microfamiliar, donde los pactos de silencio perpetúan el trauma y las ambigüedades identitarias. Metodológicamente, se trata de un estudio teórico-bibliográfico e interdisciplinario, basado en autores clásicos (QUIJANO, 2005; ALMEIDA, 2019; MBEMBE, 2018; MUNANGA, 2004; FANON, 2008; BENTO, 2022; SCHUCMAN, 2018) y contribuciones recientes sobre racismo institucional, socialización étnico-racial, maternidad racial y alfabetización racial. Los resultados indican que el racismo permea las instituciones y las familias de forma integrada, pero también que las dinámicas de confrontación emergen en múltiples niveles. Colectivamente, los movimientos sociales desafían la necropolítica y exigen derechos; en el plano íntimo, las prácticas de socialización y alfabetización racial rompen silencios. La conclusión es que enfrentar el racismo requiere un proyecto integral de reconocimiento (HONNETH, 2003) que articule el amor, los derechos y la solidaridad, abriendo fisuras emancipadoras capaces de sustentar nuevas formas de pertenencia.

Palabras clave: Racismo Estructural. Blanqueamiento. Transmisión Transgeneracional. Reconocimiento. Familias Interraciales.

1 INTRODUÇÃO

A formação social brasileira foi marcada por séculos de colonização e escravidão, que instituíram hierarquias raciais ainda presentes nas instituições, na cultura e nas relações cotidianas. O racismo, portanto, não pode ser reduzido a episódios isolados de preconceito: trata-se de um sistema estrutural, político e cultural que organiza o funcionamento da sociedade e naturaliza desigualdades (ALMEIDA, 2019).

Essa permanência histórica encontra fundamento no conceito de colonialidade do poder, formulado por Quijano (2005), que evidencia como a modernidade classificou os sujeitos segundo critérios raciais, vinculando-os a funções sociais específicas. Articulada a essa noção, a colonialidade do ser mostra como a desumanização racial afeta a própria experiência existencial dos sujeitos, corroendo identidades e modos de pertencimento. Mbembe (2018), por sua vez, ao desenvolver a noção de necropolítica, revela que a vida e a morte são administradas segundo linhas raciais, de modo que determinados corpos são tornados descartáveis.

No contexto brasileiro, esse sistema se atualiza na lógica do embranquecimento, analisada por Munanga (2004) como política de Estado, e, mais recentemente, por Bento (2022), ao identificar o pacto narcísico da branquitude, que mantém invisíveis os privilégios raciais e reforça a desigualdade. No espaço familiar, Schucman (2018) evidencia como o silêncio e o não-dito funcionam como mecanismos de transmissão de traumas e de negação da negritude em famílias inter-raciais, o que gera ambiguidades identitárias, sobretudo em sujeitos de pele clara. Esse fenômeno se conecta ao que Corrêa (2000) chama de violência da negação e ao que Fanon (2008) descreve como alienação racial, em que o sujeito interioriza padrões da branquitude e rejeita sua ancestralidade.

Nos últimos anos, novas abordagens têm ampliado essa discussão. Estudos sobre letramento racial (MATTOS, 2022), socialização étnico-racial (MATOS; FRANÇA, 2021) e maternidade negra (BAIA, 2020) têm mostrado como práticas educativas e familiares podem tanto reforçar quanto romper pactos de silêncio. Ao mesmo tempo, investigações sobre os efeitos psíquicos da branquitude (HILÁRIO; LIMA, 2023) evidenciam que a negação da negritude no nível íntimo conecta-se diretamente a processos históricos de exclusão.

Diante desse cenário, formula-se o problema que orienta este estudo: de que modo o racismo estrutural, consolidado nas instituições brasileiras, se articula com a transmissão transgeracional do embranquecimento nas famílias inter-raciais, produzindo silenciamentos e desigualdades, e quais possibilidades de resistência e ressignificação podem emergir desses atravessamentos?

O objetivo geral é analisar como o racismo estrutural e a lógica do embranquecimento atravessam tanto as instituições quanto os vínculos familiares, impactando identidades e

subjetividades. Como objetivos específicos, busca-se: (i) examinar a permanência histórica do racismo institucional e seus efeitos sobre populações racializadas; (ii) compreender como a lógica do embranquecimento se transmite transgeracionalmente no seio das famílias inter-raciais; (iii) identificar os silenciamentos institucionais e familiares como mecanismos de perpetuação das desigualdades; (iv) discutir práticas de resistência e ressignificação em múltiplos níveis, relacionando macroestruturas e microdinâmicas de reconhecimento.

2 METODOLOGIA

O artigo adota uma abordagem teórico-bibliográfica e de caráter interdisciplinar, articulando referenciais do Direito, das Ciências Sociais e da Psicologia. Parte-se da compreensão de que o racismo é fenômeno complexo, que demanda análise simultânea de suas dimensões históricas, institucionais, culturais e psíquicas.

A pesquisa foi desenvolvida em três etapas complementares. Primeiramente, realizou-se uma revisão bibliográfica exploratória, com base em autores clássicos e contemporâneos sobre racismo estrutural (ALMEIDA, 2019; QUIJANO, 2005; MBEMBE, 2018), embranquecimento e branquitude (MUNANGA, 2004; BENTO, 2022), famílias inter-raciais e silêncio (SCHUCMAN, 2018; CORRÊA, 2000; FANON, 2008) e transmissão psíquica entre gerações (EIGUER, 1997; KAËS, 2011; GREEN, 1994).

Na segunda etapa, foram incorporados estudos recentes que ampliam o debate, como pesquisas sobre letramento racial (MATTOS, 2022), socialização étnico-racial (MATOS; FRANÇA, 2021), maternidade negra (BAIA, 2020) e os efeitos psíquicos da branquitude na subjetividade negra (HILÁRIO; LIMA, 2023), além de trabalhos que problematizam genealogias institucionais do racismo (BOZZANO, 2020; THEODORO, 2014; GONZAGA, 2023), enfatizando como a formulação e a execução de políticas públicas no Brasil contemporâneo ainda reproduzem desigualdades raciais.

Por fim, na terceira etapa, procedeu-se a uma síntese analítica, organizada em categorias que conectam o plano macro (instituições, políticas públicas, práticas sociais) ao plano micro (famílias inter-raciais, subjetividades, transmissão transgeracional). Essa síntese foi orientada pela teoria do reconhecimento de Honneth (2003), que possibilita articular dimensões afetivas (amor), jurídicas (direito) e sociais (solidariedade) das lutas antirracistas.

Trata-se, portanto, de um estudo qualitativo, que não busca produzir dados empíricos inéditos, mas oferecer uma leitura crítica e integrativa das diferentes dimensões do racismo. O enfoque interdisciplinar permitiu destacar como os atravessamentos entre instituições e famílias produzem tanto a manutenção das desigualdades quanto brechas para resistências emancipatórias.

3 REVISÃO TEÓRICA: RACISMO ESTRUTURAL, EMBRANQUECIMENTO E TRANSMISSÃO TRANSGERACIONAL

A compreensão do racismo no Brasil exige um olhar que vá além da dimensão individual ou episódica, alcançando os processos históricos, institucionais e subjetivos que sustentam sua permanência. O objetivo desta seção é apresentar o marco conceitual que fundamenta a análise proposta no artigo, reunindo contribuições de diferentes áreas do conhecimento para mostrar como o racismo se manifesta em múltiplas escalas.

Nesse sentido, a revisão teórica organiza-se em cinco eixos: (i) a noção de racismo estrutural e as categorias de colonialidade do poder e do ser, que ajudam a explicar a origem e a persistência das hierarquias raciais; (ii) a lógica do embranquecimento, entendida como política e prática cultural voltada ao apagamento da negritude; (iii) as famílias inter-raciais, nas quais silêncio e não-dito revelam os efeitos íntimos do racismo; (iv) a transmissão psíquica entre gerações, que ilumina a forma como traumas raciais circulam transgeracionalmente; e (v) as resistências e ressignificações, onde emergem alternativas emancipatórias frente à lógica da branquitude.

3.1 RACISMO ESTRUTURAL E COLONIALIDADES

Silvio Almeida (2019) define o racismo como um fenômeno estrutural, isto é, parte constitutiva do funcionamento da sociedade brasileira. Para o autor, o racismo não é desvio ou exceção, mas engrenagem que regula a distribuição de oportunidades e legitima desigualdades. Essa abordagem permite compreender por que práticas discriminatórias não podem ser explicadas apenas pela vontade individual, mas precisam ser vistas em relação com as instituições políticas, jurídicas e econômicas que as sustentam.

Esse entendimento dialoga diretamente com a formulação de Aníbal Quijano (2005) sobre a colonialidade do poder. Para o sociólogo peruano, a modernidade se constituiu a partir da invenção da “raça” como categoria que organiza a divisão social do trabalho e legitima relações de exploração. Assim, povos colonizados foram historicamente vinculados ao trabalho compulsório e à subordinação, enquanto os colonizadores brancos se apresentavam como portadores de racionalidade, cultura e autoridade.

Além da colonialidade do poder, Quijano introduz a noção de colonialidade do ser, que explicita como a dominação não se restringe ao campo econômico-político, mas invade a própria experiência existencial dos sujeitos. Essa dimensão ontológica do racismo evidencia que a desumanização não é apenas uma prática social externa, mas uma marca que atravessa o modo como os sujeitos racializados são vistos e se veem no mundo.

Achille Mbembe (2018) amplia essa reflexão ao cunhar o conceito de necropolítica, que mostra como os Estados modernos administram a vida e a morte a partir de critérios raciais. Herdada do colonialismo e da escravidão, essa lógica persiste nas democracias contemporâneas, definindo quem pode viver plenamente e quem é descartável. No caso brasileiro, tal racionalidade se manifesta no genocídio da juventude negra, na criminalização da pobreza e nas políticas que afetam de maneira desproporcional comunidades indígenas, quilombolas e periféricas.

Pesquisas recentes aprofundam essa genealogia institucional. Bozzano (2020) demonstra que o racismo está inscrito na própria configuração das leis e das políticas públicas brasileiras, desde a abolição incompleta da escravidão até a atualidade. Theodoro (2014) analisa como as políticas públicas no Brasil, mesmo quando formuladas para enfrentar desigualdades, frequentemente reproduzem o racismo estrutural, revelando a incapacidade estatal de superar barreiras históricas impostas à população negra. Gonzaga (2023) demonstra que o racismo institucional e a branquitude estruturam uma gestão reativa seletiva, em que as políticas públicas e institucionais não são aplicadas de forma universal, mas segundo filtros que preservam privilégios. Essa seletividade revela como a branquitude opera como parâmetro implícito de cidadania, mantendo negros e indígenas em posição de vulnerabilidade.

Exemplos empíricos reforçam essa análise: a taxa de desemprego entre a população negra é historicamente maior que a da população branca, mesmo em condições equivalentes de escolaridade; a população carcerária brasileira é composta majoritariamente por pessoas negras; e indicadores de saúde, como mortalidade materna e expectativa de vida, também evidenciam as desigualdades raciais. Esses dados demonstram que o racismo opera em diferentes esferas, da economia à saúde pública, confirmando sua natureza estrutural.

Portanto, racismo estrutural, colonialidade do poder e do ser e necropolítica constituem categorias fundamentais para compreender como hierarquias raciais não apenas persistem, mas se renovam em novas formas de exclusão. Essa base conceitual prepara o terreno para a análise da lógica do embranquecimento, que se articula a essas estruturas ao promover a valorização da branquitude e o apagamento da negritude.

3.2 A LÓGICA DO EMBRANQUECIMENTO

No Brasil, a política de embranquecimento foi concebida como projeto de Estado após a abolição da escravidão. Kabengele Munanga (2004) demonstra que, ao final do século XIX, intelectuais e autoridades nacionais passaram a defender a imigração europeia e a miscigenação como

soluções para “melhorar” a população. A ideia de que o país deveria “clarear” sua composição racial foi incorporada às políticas públicas, consolidando um ideal eurocêntrico de nação.

No século XXI, essa lógica se manifesta em outras formas, menos explícitas, mas igualmente eficazes. Maria Aparecida Bento (2022) analisa o pacto narcísico da branquitude, pelo qual sujeitos brancos, de maneira consciente ou inconsciente, se protegem mutuamente para manter privilégios raciais. Esse pacto opera na esfera institucional — garantindo maior acesso a oportunidades de trabalho, educação e poder político para pessoas brancas — e também no nível simbólico, assegurando que a branquitude permaneça invisível como posição de vantagem. A branquitude, nesse sentido, não se apresenta como identidade racializada, mas como universalidade “neutra” contra a qual todas as outras identidades são medidas.

No âmbito familiar e subjetivo, Lia Vainer Schucman (2018) demonstra que o embranquecimento se traduz em silêncios, negações e práticas de valorização da pele clara em detrimento da ancestralidade negra. Famílias inter-raciais, muitas vezes, reforçam esse processo ao não nomearem o racismo, criando dinâmicas de exclusão dentro do próprio núcleo afetivo. Nesses casos, o embranquecimento funciona como estratégia de mobilidade social, mas ao custo de apagar vínculos identitários e de gerar ambiguidades subjetivas.

Autores contemporâneos têm descrito os efeitos psíquicos desse processo como formas de alienação racial. Hilário e Lima (2023) demonstram como a branquitude reverbera na psique negra, produzindo um “não-lugar” subjetivo marcado pela exclusão, pela auto-negação e pelo sofrimento psíquico. Essa dinâmica evidencia como a lógica do embranquecimento atua não apenas socialmente, mas também no plano subjetivo, alimentando processos de alienação racial.

Exemplos brasileiros contemporâneos evidenciam essa lógica: a valorização estética da pele clara e dos traços eurocêntricos em padrões midiáticos; a prática recorrente de “alisar o cabelo” como forma de aceitação social; ou ainda a maior probabilidade de pessoas de pele clara serem reconhecidas como “bem-sucedidas” em ambientes profissionais. Essas manifestações cotidianas confirmam que o embranquecimento segue operando como dispositivo cultural e social, ainda que por vias naturalizadas.

Portanto, a lógica do embranquecimento deve ser compreendida como um dispositivo histórico e atual, que articula dimensões estatais, culturais e subjetivas. Se no século XIX o projeto era literal e demográfico, hoje ele se reproduz por meio de práticas simbólicas e afetivas, mantendo a branquitude como ideal normativo. Essa análise nos conduz à reflexão sobre como essas dinâmicas se manifestam no espaço das famílias inter-raciais, onde o silêncio e o não-dito se tornam mecanismos centrais de reprodução da desigualdade racial.

3.3 FAMÍLIAS INTER-RACIAIS: SILENCIO E NÃO-DITO

As famílias inter-raciais constituem um espaço privilegiado para observar os efeitos íntimos do racismo. Em sua pesquisa etnográfica, Schucman (2018) demonstra que, nesses contextos, a presença da diferença racial é frequentemente administrada pelo silêncio: evita-se nomear o racismo como forma de preservar a harmonia familiar, mas essa omissão, longe de neutralizar as tensões, acaba por reforçar hierarquias raciais. O silêncio, assim, funciona como estratégia de adaptação, mas perpetua a lógica do embranquecimento.

Mariza Corrêa (2000) adverte que a negação de experiências traumáticas pode ser mais violenta do que o próprio trauma. Quando eventos de discriminação ou exclusão não são simbolizados nem reconhecidos, transformam-se em heranças não elaboradas que atravessam gerações. Esse “não-dito” transmite marcas emocionais invisíveis, mas potentes, que moldam identidades e subjetividades.

Frantz Fanon (2008), em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, aprofunda essa reflexão ao analisar a alienação racial: sujeitos negros, ao buscarem aceitação em sociedades estruturadas pela branquitude, são levados a adotar “máscaras brancas” e a rejeitar aspectos de sua identidade. Esse processo, quando transposto para o ambiente familiar inter-racial, gera ambiguidade: filhos de pele clara podem ser socialmente privilegiados, mas carregam, no plano psíquico, dores e tensões advindas de pactos de silêncio sobre a negritude.

Pesquisas recentes têm ampliado esse campo de análise. Matos e França (2021) analisam a socialização étnico-racial como processo central na construção da identidade. Mostram que ela pode tanto reforçar hierarquias raciais, quando se ancora em práticas de silenciamento, quanto promover resistências, quando valoriza saberes afro-brasileiros e africanos e afirma positivamente a identidade negra. Baia (2020), em sua pesquisa sobre maternidade negra, demonstra que mulheres negras vivenciam esse papel sob a influência de estereótipos e desigualdades estruturais, mas também transformam a experiência materna em espaço de resistência, elaborando estratégias de cuidado e transmissão de pertencimento que fortalecem seus filhos frente ao racismo.

O conceito de letramento racial (MATTOS, 2022) complementa essas análises, ao propor que tanto famílias quanto escolas podem assumir um papel pedagógico fundamental: nomear o racismo, desenvolver consciência crítica e fortalecer a autoestima de crianças e jovens. Nessa perspectiva, romper com o silêncio é um ato educativo e político que contribui para a ressignificação da identidade negra e para o enfrentamento da lógica embranquecedora. No Brasil contemporâneo, exemplos empíricos ilustram essas dinâmicas. Estudos em psicologia social e educação mostram que famílias inter-raciais muitas vezes evitam discutir a diferença racial em casa, mas crianças relatam vivências de discriminação em ambientes escolares sem encontrar apoio familiar. Por outro lado, em contextos

de maior consciência racial, práticas de valorização da ancestralidade, da estética negra (como o uso do cabelo natural) e da memória cultural têm fortalecido crianças e adolescentes frente à hostilidade do ambiente social.

Assim, o silêncio e o não-dito nas famílias inter-raciais não são apenas ausência de fala, mas mecanismos ativos de transmissão transgeracional da desigualdade racial. Contudo, também podem surgir espaços de ruptura quando experiências de discriminação são nomeadas e narrativas positivas da negritude são afirmadas. Essa ambivalência mostra que o ambiente familiar pode ser tanto locus de reprodução da exclusão quanto campo de resistência, dependendo das práticas de socialização adotadas.

Essa constatação nos conduz à análise da transmissão psíquica entre gerações, tema da próxima subseção, que aprofunda como conteúdos traumáticos não simbolizados circulam no inconsciente familiar e impactam subjetividades ao longo do tempo.

3.4 TRANSMISSÃO PSÍQUICA ENTRE GERAÇÕES

A transmissão transgeracional refere-se ao modo como experiências, afetos e traumas vividos por uma geração são herdados pelas seguintes, muitas vezes sem elaboração consciente. Na psicanálise, Eiguer (1997) destaca que conteúdos não simbolizados circulam no interior da família sob a forma de emoções brutas, sem linguagem, que atravessam gerações e moldam subjetividades. Nesse sentido, o racismo e o embranquecimento não operam apenas como estruturas externas, mas se inscrevem na vida psíquica dos sujeitos como herança invisível.

René Kaës (2011) desenvolve o conceito de pacto denegativo, segundo o qual grupos familiares estabelecem acordos inconscientes que determinam o que pode ou não ser dito. Quando experiências de discriminação e exclusão racial são silenciadas, instauram-se pactos que garantem a continuidade do não-dito como herança transgeracional. Assim, a família atua como mediadora de uma memória traumática coletiva, perpetuando marcas do racismo por meio do silêncio.

André Green (1994), ao elaborar a noção de trabalho do negativo, mostra que a ausência e a falta podem servir como ponto de partida para processos criativos de simbolização. Contudo, quando esses vazios não são elaborados, convertem-se em forças destrutivas que aprisionam a subjetividade. Aplicado ao contexto racial, isso significa que a recusa em reconhecer a violência histórica contra negros e indígenas transforma o não-dito em núcleo patogênico, reproduzindo sofrimento ao longo das gerações.

Nicolas Abraham e Maria Torok (1995) complementam essa perspectiva ao propor o conceito de cripta, que descreve como conteúdos traumáticos encapsulados no inconsciente de um indivíduo ou

grupo retornam sob a forma de sintomas. No caso do racismo, traumas ligados à escravidão, à segregação e às políticas de embranquecimento podem permanecer “enterrados” no psiquismo familiar, ressurgindo em gerações posteriores por meio de sentimentos difusos de inadequação, vergonha ou alienação racial.

Pesquisas recentes aplicam essas ideias à questão racial, mostrando que traumas ligados à escravidão, à discriminação e ao embranquecimento são transmitidos transgeracionalmente. Esse processo explica por que o racismo não é apenas fenômeno externo, mas também herança psíquica que molda identidades e subjetividades.

Baia (2020), em sua análise sobre a maternidade negra, reforça essa perspectiva ao demonstrar que as experiências de mulheres negras com a maternagem são atravessadas por desigualdades e estígmas raciais que impactam não apenas as mães, mas também seus filhos. Essa herança, transmitida no cotidiano familiar, evidencia como o racismo se perpetua de forma silenciosa, mas também como a maternidade pode se converter em prática de resistência e transmissão de autoestima e pertencimento.

Hilário e Lima (2023) evidenciam que a branquitude impacta diretamente a subjetividade negra, reforçando processos de alienação racial e intensificando sentimentos de exclusão e não pertencimento. Esses efeitos, quando transmitidos silenciosamente no seio familiar, tornam-se heranças psíquicas que perpetuam os efeitos do embranquecimento entre gerações.

Exemplos concretos ilustram essa dinâmica. Em pesquisas qualitativas com famílias negras urbanas, crianças relatam que episódios de discriminação na escola não eram conversados em casa, o que reforçava a ideia de que “era melhor não tocar no assunto”. Essa postura, ainda que buscasse proteger, resultava na transmissão de mensagens inconscientes de desvalorização racial. Em contrapartida, famílias que nomeiam o racismo e compartilham narrativas de resistência produzem um efeito oposto: fortalecem identidades e quebram ciclos de silêncio.

Portanto, a transmissão psíquica entre gerações é um campo central para compreender como o racismo se perpetua além das estruturas visíveis, moldando o inconsciente individual e coletivo. Reconhecer esse processo é fundamental para pensar as condições de ressignificação, tema da próxima subseção, na qual se analisam as práticas que rompem pactos de silêncio e afirmam positivamente a negritude como forma de resistência.

3.5 RESISTÊNCIA ANTIRRACISTA E POSSIBILIDADES DE RESSIGNIFICAÇÃO

Embora o racismo estrutural e a lógica do embranquecimento se manifestem de forma persistente, há também espaços de ruptura que permitem a emergência de resistências. Frantz Fanon (2008), em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, já indicava que a libertação do sujeito negro passa pela

recusa às máscaras impostas pela branquitude e pela afirmação positiva da negritude como identidade. Para o autor, a superação da alienação racial exige não apenas consciência crítica, mas também ação transformadora, que conecta o plano psíquico ao político.

Maria Aparecida Bento (2022) aponta que romper o pacto narcísico da branquitude é condição indispensável para enfrentar o racismo. Esse processo implica reconhecer privilégios raciais e assumir responsabilidades éticas no combate às desigualdades. A resistência, portanto, não pode ser pensada apenas como tarefa de sujeitos negros, mas deve envolver também a branquitude em um movimento de desnaturalização de suas vantagens.

Lia Vainer Schucman (2018) acrescenta que, mesmo no ambiente familiar — tradicionalmente atravessado por pactos de silêncio —, podem surgir experiências de resistência. Quando pais e filhos inter-raciais nomeiam o racismo, validam experiências de dor e afirmam a identidade negra, abrem espaço para a ressignificação transgeracional. Tais práticas rompem com pactos denegativos (KAËS, 2011) e transformam o não-dito em narrativa elaborada.

Pesquisas recentes reforçam essas perspectivas. Mattos (2022) aponta o letramento racial como estratégia de resistência que permite nomear o racismo. Baia (2020), em sua pesquisa sobre maternidade negra, evidencia que, embora marcada por estereótipos e desigualdades estruturais, a experiência materna de mulheres negras também se converte em prática de resistência e ressignificação, na medida em que transmitem narrativas afirmativas e estratégias de fortalecimento a seus filhos. Matos e França (2021) demonstram que a socialização étnico-racial pode atuar como prática de fortalecimento identitário, especialmente quando valoriza saberes afro-brasileiros e africanos e afirma positivamente a negritude no seio familiar e comunitário.

No Brasil contemporâneo, essas práticas podem ser observadas em diferentes frentes: movimentos de valorização estética da negritude (como o uso do cabelo natural), coletivos culturais que afirmam identidades afro-brasileiras, programas educacionais voltados ao combate ao racismo e políticas públicas que buscam ampliar a presença de negros e indígenas em espaços de poder. Todas essas iniciativas demonstram que a resistência antirracista se manifesta em múltiplas escalas, do íntimo ao institucional.

Assim, embora o racismo seja estrutural e transgeracional, não é imutável. As possibilidades de ressignificação emergem quando o silêncio é rompido, quando narrativas positivas da negritude são afirmadas e quando práticas coletivas questionam privilégios da branquitude. Essas resistências, ao se articularem em diferentes níveis, produzem fissuras emancipatórias que desafiam a lógica do embranquecimento e abrem caminhos para novas formas de existir e conviver.

Essa discussão encerra a revisão teórica e prepara o terreno para a análise dos atravessamentos entre macro e micro dimensões do racismo, tema da próxima seção.

4 ENTRE O MACRO E O MICRO: ATRAVESSAMENTOS DO RACISMO

O objetivo desta seção é analisar como o racismo opera de forma articulada em múltiplas escalas: no plano macroestrutural, por meio das instituições e das políticas públicas, e no plano microfamiliar e subjetivo, nas dinâmicas afetivas e psíquicas das famílias inter-raciais. A hipótese que orienta esta análise é que essas dimensões não são independentes, mas mutuamente constitutivas: estruturas institucionais influenciam experiências familiares, enquanto pactos de silêncio e dinâmicas psíquicas reforçam desigualdades no espaço social mais amplo.

4.1 O PLANO MACRO: INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS

O racismo estrutural, como define Almeida (2019), manifesta-se de maneira explícita no funcionamento das instituições brasileiras. Dados sobre emprego, encarceramento e saúde confirmam que a população negra permanece em desvantagem em relação à população branca, mesmo em condições de escolaridade semelhantes. Esse padrão de desigualdade, reiterado historicamente, demonstra que a discriminação não é apenas fruto de preconceito individual, mas produto de engrenagens institucionais que reproduzem privilégios da branquitude.

A colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) explica a persistência dessas hierarquias: a modernidade classificou sujeitos segundo critérios raciais, vinculando negros e indígenas à subalternidade e legitimando a superioridade branca. Essa lógica persiste, ainda que em novas formas, como observa Theodoro (2014), ao discutir como as políticas públicas, em vez de romperem com a desigualdade racial, muitas vezes a reforçam, ao não considerar as especificidades históricas e sociais da população negra. Gonzaga (2023) reforça esse diagnóstico ao mostrar que a cidadania no Brasil é seletiva: a gestão das instituições e das políticas públicas se ancora na branquitude como parâmetro de pertencimento, o que fragiliza a efetividade das ações afirmativas e perpetua desigualdades raciais.

Mbembe (2018), ao desenvolver o conceito de necropolítica, mostra como a gestão estatal da vida e da morte se organiza a partir de critérios raciais. No Brasil, a violência policial que atinge jovens negros das periferias, o genocídio indígena e a negligência estatal na saúde de populações quilombolas ilustram a necropolítica em ação. Essas práticas revelam que, além de excluir, o racismo regula quem pode viver plenamente e quem é considerado descartável.

Esses exemplos confirmam que o racismo institucional se expressa em múltiplos campos: no mercado de trabalho, no acesso desigual à educação, no sistema de justiça e nas políticas de saúde. No

entanto, esses mesmos espaços também podem ser tensionados por práticas de resistência, como será explorado na seção seguinte.

4.2 O PLANO MICRO: FAMÍLIAS E SUBJETIVIDADES

O racismo também atravessa a intimidade das famílias e das subjetividades, como demonstram Schucman (2018) e Corrêa (2000). O silêncio sobre a negritude e a experiência da discriminação, longe de ser neutralidade, é mecanismo ativo de perpetuação das hierarquias raciais. Esse não-dito transmite traumas de forma transgeracional, produzindo subjetividades marcadas por ambiguidades e inseguranças.

Na psicanálise, Kaës (2011) identifica nos pactos denegativos um mecanismo que regula o que pode ou não ser nomeado nas famílias. Green (1994), com o conceito de trabalho do negativo, mostra que a ausência pode ser elaborada simbolicamente, mas quando permanece inominável gera forças destrutivas. Abraham e Torok (1995), por sua vez, explicam como traumas encapsulados no inconsciente retornam como sintomas, o que ajuda a entender os efeitos persistentes da escravidão e do embranquecimento na subjetividade contemporânea.

Essas formulações encontram eco em pesquisas recentes no Brasil. Matos e França (2021) e Mattos (2022) apontam que práticas de socialização étnico-racial e letramento racial podem romper pactos de silêncio, fortalecendo identidades e preparando crianças para enfrentar o racismo. Baia (2020), em sua pesquisa sobre a maternidade negra, demonstra que mulheres negras vivenciam esse papel de forma atravessada por estereótipos e desigualdades, mas também o ressignificam como espaço de resistência, elaborando práticas de cuidado e transmissão identitária que fortalecem filhos e filhas diante do racismo.

Exemplos empíricos ilustram esses processos: em muitas famílias inter-raciais, episódios de discriminação relatados por crianças não são discutidos em casa, perpetuando a ideia de que “não se deve falar sobre isso”. Por outro lado, famílias que escolhem valorizar a ancestralidade e discutir abertamente o racismo produzem sujeitos mais fortalecidos e conscientes.

4.3 ARTICULAÇÃO ENTRE MACRO E MICRO

A análise dos dois planos revela que não há fronteira rígida entre instituições e famílias. A colonialidade do ser (QUIJANO, 2005) mostra que a desumanização racial atinge tanto a estrutura social quanto a experiência íntima dos sujeitos. As desigualdades no mercado de trabalho, por exemplo, impactam diretamente as possibilidades de ascensão de famílias negras; ao mesmo tempo, o silêncio familiar sobre a discriminação reforça a invisibilidade do racismo no espaço público.

Essa interdependência também aparece nas resistências. Movimentos sociais negros e indígenas, ao reivindicarem direitos, ampliam as condições para que famílias possam nomear o racismo. Inversamente, processos de afirmação identitária no seio familiar alimentam o engajamento político e cultural coletivo. É nesse sentido que Fanon (2008) destaca a importância da consciência crítica como ruptura com a alienação racial: ao elaborar o sofrimento, o sujeito se torna capaz de agir politicamente.

Essa leitura integrada prepara o terreno para discutir, na próxima seção, as dinâmicas de enfrentamento ao racismo em múltiplos níveis, articulando resistências coletivas, institucionais, familiares e subjetivas.

5 DINÂMICAS DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO EM MÚLTIPLOS NÍVEIS

O objetivo desta seção é discutir como o racismo pode ser tensionado em diferentes escalas — institucional, comunitária, familiar e subjetiva —, mostrando que as resistências antirracistas não são homogêneas, mas se manifestam em múltiplas frentes. Para compreender essa complexidade, recorre-se a aportes teóricos que iluminam diferentes dimensões da luta contra a desigualdade. Entre eles, destacam-se as contribuições de Mbembe (2018), Fanon (2008), Schucman (2018), Kaës (2011), Green (1994) e, sobretudo, Axel Honneth (2003), cuja teoria do reconhecimento oferece um quadro conceitual fértil para analisar as formas de enfrentamento em distintos níveis.

5.1 RESISTÊNCIAS INSTITUCIONAIS E COMUNITÁRIAS

No plano coletivo e institucional, a resistência ao racismo aparece como resposta às práticas de exclusão que estruturam o Estado e a sociedade. Mbembe (2018), ao formular a noção de necropolítica, demonstra como a vida e a morte são administradas de acordo com critérios raciais. No Brasil, a letalidade policial contra jovens negros, o genocídio indígena e a marginalização de quilombolas exemplificam essa gestão da morte. Contudo, tais contextos também produzem práticas de enfrentamento: marchas, coletivos, associações de bairro, organizações quilombolas e indígenas e movimentos culturais que reivindicam a centralidade da vida negra e indígena.

A leitura de Honneth (2003) ajuda a compreender esse nível da resistência por meio da esfera jurídica do reconhecimento. Para o autor, o direito constitui dimensão fundamental para a luta por igualdade, pois é nele que se estabelece o reconhecimento institucional da dignidade dos sujeitos. Movimentos sociais negros e indígenas, ao reivindicarem políticas públicas, cotas, demarcação de terras e reparações históricas, estão disputando exatamente essa esfera: o direito ao reconhecimento jurídico e político como cidadãos plenos.

Além disso, a esfera da solidariedade, segundo Honneth, também se manifesta aqui. Trata-se da valorização social e cultural que permite que grupos marginalizados se orgulhem de suas contribuições e identidades. Ao reivindicar espaço nas artes, na educação e na memória coletiva, comunidades negras e indígenas rompem com a lógica da inferiorização e afirmam a legitimidade de seus modos de existir.

Como demonstram Bozzano (2020), Theodoro (2014) e Gonzaga (2023), o racismo institucional não é apenas resíduo do passado, mas se reinventa na atualidade. Theodoro (2014) evidencia que, mesmo quando formuladas para promover inclusão, as políticas públicas no Brasil frequentemente reproduzem desigualdades raciais, ao não enfrentar adequadamente os efeitos históricos da exclusão. Gonzaga (2023) destaca que a gestão institucional marcada pela branquitude cria barreiras para a implementação de ambientes afirmativos, mantendo privilégios e exclusões. Esse quadro reforça que as práticas burocráticas e jurídicas ainda limitam o acesso pleno de populações negras, indígenas e quilombolas à cidadania.

5.2 RESSIGNIFICAÇÕES FAMILIARES E SUBJETIVAS

No plano íntimo, a resistência ao racismo se manifesta em práticas familiares e subjetivas que rompem pactos de silêncio. Schucman (2018) mostra que, quando famílias inter-raciais nomeiam a experiência do racismo e validam a dor vivida por seus membros, constroem espaços de pertencimento mais sólidos. Esse processo representa uma ruptura significativa, pois o silêncio historicamente funcionou como mecanismo de manutenção da desigualdade.

Do ponto de vista psicanalítico, Kaës (2011) e Green (1994) explicam que a elaboração do trauma depende da possibilidade de simbolização. A transformação do não-dito em palavra é o que permite ressignificar a herança transgeracional. Fanon (2008), por sua vez, defendia que a libertação psíquica só se efetiva quando o sujeito se recusa a adotar máscaras impostas pela branquitude e passa a valorizar a negritude como identidade positiva.

Nessa esfera, o pensamento de Honneth (2003) encontra eco na dimensão do amor, que diz respeito ao reconhecimento mútuo em relações primárias, como as familiares. Segundo ele, é na experiência de ser amado, cuidado e reconhecido que o sujeito desenvolve a autoconfiança necessária para enfrentar o mundo social. Quando famílias inter-raciais reconhecem explicitamente a identidade negra de seus membros, rompendo pactos denegativos (KAËS, 2011), promovem esse tipo de reconhecimento fundamental, que fortalece subjetividades e possibilita resistências mais amplas.

Essas práticas dialogam com o que Matos e França (2021) descrevem como socialização étnico-racial, e com a pesquisa de Baia (2020), que analisa a maternidade negra como experiência atravessada

por racismo e sobrecarga, mas também como prática de resistência e afirmação identitária. Nesse processo, mulheres negras elaboram estratégias para proteger e fortalecer seus filhos, transformando a maternidade em espaço político e de transmissão de pertencimento. Além disso, o letramento racial (MATTOS, 2022) surge como ferramenta central para nomear o racismo e ressignificar identidades no seio familiar e escolar, contribuindo para que o enfrentamento seja também pedagógico e transgeracional.

5.3 CONEXÕES ENTRE MACRO E MICRO RESISTÊNCIAS

As dinâmicas de resistência não se desenvolvem isoladamente: existe uma interdependência entre esferas e níveis. As conquistas jurídicas e políticas alcançadas por movimentos sociais repercutem no cotidiano familiar, criando condições para que o racismo seja nomeado e enfrentado. Por outro lado, processos subjetivos e familiares de afirmação da negritude produzem sujeitos mais conscientes de sua posição social e, portanto, mais aptos ao engajamento coletivo.

Aqui se evidencia a complementaridade entre as três esferas de reconhecimento descritas por Honneth. A esfera do amor fortalece vínculos familiares e subjetivos, garantindo segurança emocional para enfrentar o racismo. A esfera do direito garante proteção institucional e igualdade formal, possibilitando a luta por cidadania plena. A esfera da solidariedade legitima socialmente as identidades negras e indígenas, permitindo que sejam reconhecidas como valiosas e dignas de respeito. Quando essas três dimensões se articulam, a luta antirracista ganha consistência, transitando do íntimo ao político, do subjetivo ao institucional.

Essa perspectiva mostra que resistir ao racismo implica articular múltiplos níveis de ação. A transformação estrutural só se sustenta quando acompanhada de processos de reconhecimento íntimo e cultural, assim como rupturas familiares e subjetivas tornam-se mais potentes quando ancoradas em mudanças institucionais. O enfrentamento ao racismo, portanto, deve ser pensado como um projeto integrado de reconhecimento, que atravessa o privado e o público, o singular e o coletivo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou responder ao problema central formulado: de que modo o racismo estrutural, consolidado nas instituições brasileiras, se articula com a transmissão transgeracional do embranquecimento nas famílias inter-raciais, produzindo silenciamentos e desigualdades, e quais possibilidades de resistência e ressignificação emergem desses atravessamentos?

A análise demonstrou que o racismo no Brasil é um fenômeno multiescalar e persistente. No plano macroestrutural, evidenciou-se, a partir de Almeida (2019) e Quijano (2005), que a colonialidade

do poder e do ser moldou as instituições modernas, consolidando hierarquias raciais que se renovam em novas formas de exclusão. Mbembe (2018) mostrou que essa lógica se atualiza em práticas necropolíticas, que administram a vida e a morte a partir de critérios raciais, materializadas no genocídio da juventude negra, na violência contra indígenas e na marginalização de comunidades quilombolas.

Bozzano (2020), Theodoro (2014) e Gonzaga (2023) confirmam que o racismo segue inscrito nas estruturas jurídicas e burocráticas. Gonzaga (2023) evidencia que a branquitude organiza uma gestão seletiva das políticas públicas, o que explica a persistência de desigualdades raciais e a dificuldade em consolidar uma cidadania plena para populações negras e indígenas. Theodoro (2014) mostra que, mesmo nas políticas públicas contemporâneas, a branquitude permanece como parâmetro implícito de cidadania, o que evidencia a persistência das desigualdades raciais.

No plano microfamiliar e subjetivo, a literatura psicanalítica (KAËS, 2011; GREEN, 1994; ABRAHAM; TOROK, 1995) mostrou como o silêncio e o não-dito funcionam como mecanismos de transmissão psíquica, perpetuando traumas e pactos denegativos. Schucman (2018) e Corrêa (2000) evidenciaram que, em famílias inter-raciais, a negação da negritude gera ambiguidades identitárias, muitas vezes reforçadas por estratégias de embranquecimento. Fanon (2008) acrescentou que essa dinâmica produz alienação racial, quando sujeitos interiorizam padrões da branquitude.

Estudos contemporâneos, como os de Matos e França (2021), Baia (2020), Mattos (2022) e Hilário e Lima (2023), ampliaram esse debate ao mostrar que práticas de socialização étnico-racial, maternidade negra e letramento racial podem romper pactos de silêncio, gerando espaços de ressignificação. Hilário e Lima (2023), em particular, ressaltam que enfrentar os efeitos psíquicos da branquitude — como o sentimento de não pertencimento e a alienação racial — é parte fundamental desse processo de resistência. Baia (2020), em especial, evidencia que a experiência materna de mulheres negras, embora atravessada por desigualdades e estereótipos racistas, pode ser ressignificada como prática de resistência e transmissão identitária.

A articulação entre macro e micro revelou que as duas dimensões não são independentes, mas mutuamente constitutivas. A desigualdade no mercado de trabalho, no sistema de justiça ou na saúde impacta diretamente famílias negras e indígenas; do mesmo modo, pactos de silêncio nas famílias reforçam a invisibilidade do racismo nas instituições. Entretanto, essa circularidade não é apenas reproduutora da opressão: também pode ser campo fértil para resistências, quando movimentos coletivos e práticas familiares se alimentam mutuamente.

Nesse ponto, a teoria do reconhecimento de Honneth (2003) ofereceu uma chave interpretativa produtiva. No plano íntimo, a esfera do amor fortalece sujeitos por meio de vínculos familiares que

validam identidades negras. No plano institucional, a esfera do direito assegura igualdade formal e legítima lutas políticas. No plano social e cultural, a esfera da solidariedade possibilita que contribuições e identidades negras e indígenas sejam reconhecidas como legítimas e valiosas. Quando essas esferas se articulam, a luta antirracista ganha densidade e consistência, tornando-se capaz de atravessar o privado e o público, o singular e o coletivo.

Conclui-se, portanto, que o enfrentamento ao racismo no Brasil deve ser concebido como projeto integrado de reconhecimento, que envolva transformações institucionais, elaboração subjetiva e valorização cultural. Romper com a lógica do embranquecimento e com pactos de silêncio exige, ao mesmo tempo, mudanças estruturais no Estado e práticas afirmativas no âmbito familiar e comunitário. Trata-se de uma tarefa histórica e coletiva, que demanda tanto políticas públicas quanto processos de letramento e socialização crítica nas famílias e escolas.

A principal contribuição deste artigo é evidenciar que o racismo, ainda que persistente e estrutural, não é imutável. Nas fissuras abertas por movimentos sociais, nas narrativas afirmativas transmitidas por mães negras, nos espaços de socialização étnico-racial e no letramento crítico de crianças e jovens, emergem possibilidades de ressignificação que desestabilizam a lógica da branquitude. Esses processos apontam para a construção de novas formas de pertencimento, capazes de sustentar uma democracia que reconheça a pluralidade racial como fundamento de justiça e dignidade.

Por fim, reconhece-se como limite deste estudo o caráter teórico-bibliográfico, que não explorou dados empíricos inéditos. No entanto, abre-se aqui uma agenda de pesquisa e de ação: investigar empiricamente como práticas de socialização e letramento racial se articulam com conquistas institucionais; analisar os efeitos subjetivos de políticas públicas afirmativas em famílias negras; e fortalecer pontes entre teoria crítica, psicanálise e práticas educativas. São caminhos promissores para ampliar o enfrentamento ao racismo em múltiplos níveis e consolidar práticas emancipatórias no Brasil contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ABRAHAM, Nicolas; TOROK, Maria. A casca e o núcleo. Rio de Janeiro: Escuta, 1995.
ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

BAIA, Luara Paula Vieira. Maternidade tem cor? Vivências de mulheres negras sobre a experiência de ser mãe. Dissertação. Universidade Estadual de Maringá. 2020. Disponível em <https://pgc.uem.br/arquivos-dissertacoes/luara-paula-vieira-baia.pdf>. Acesso em 20 ago. 2025.

BENTO, Maria Aparecida Silva. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CORRÊA, Mariza. Antropólogas e antropologia. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

EIGUER, Alberto. A transmissão psíquica entre gerações. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

GONZAGA, Yone Maria. RACISMO INSTITUCIONAL, BRANQUITUDE E GESTÃO REATIVA SELETIVA: DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE AMBIENTE

UNIVERSITÁRIO AFIRMATIVO. Práx. Educ., Vitória da Conquista, v. 19, n. 50, e12047, 2023. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-26792023000100210&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 21 ago. 2025. Epub 01-Jul-2024. <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v19i50.12047>.

GREEN, André. O trabalho do negativo. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

HILÁRIO, Leomir Cardoso; LIMA, Sophia Helena Rito. Branco no preto: reverberações da branquitude na psique negra. Psicologia & Sociedade, v. 35, e277075, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2023v35e277075>

HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

KAËS, René. Ligação, transmissão e herança psíquica. Porto Alegre: Artmed, 2011.

MATOS, Patrícia Modesto; FRANÇA, Dalila Xavier. Socialização étnico-racial e racismo: dos saberes afro-brasileiros e africanos à construção da identidade étnico-racial. Educar em Revista, Curitiba, v. 37, e78243, 2021

MATTOS, Edna. Letramento racial e práticas educativas no Brasil. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 48, p. 1-20, 2022.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 2004.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

THEODORO, Mário. Relações raciais, racismo e políticas públicas no Brasil contemporâneo. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 205–219, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/18484>. Acesso em: 21 ago. 2025.